



Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

CNPJ/MF nº 09.387.725/0001-59

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, bem como o sumário dos trabalhos que a CCR RodoAnel vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente e demais públicos interessados, além da superação dos limites de qualidade dos serviços prestados.

1. Mensagem à Sociedade: A Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. foi constituída em junho de 2008 para administrar o trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas (SP-021) e está situada no setor Oeste da Região Metropolitana de São Paulo. O trecho de concessão tem início no km 0+000 na Av. Raimundo Pereira de Magalhães (km 24 da Estrada Velha de Campinas SP-322) e termina na altura do km 278+800 da Rodovia Régis Bittencourt, incluído o dispositivo de interseção com a Rodovia Régis Bittencourt, totalizando 30 quilômetros de rodovia. A malha rodoviária estadual do Trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas abrange os Municípios de Embu, Cotia, Osasco, Carapicuíba, Barueri, Santana do Parnaíba e São Paulo. A CCR RodoAnel opera o sistema rodoviário concedido pelo Governo do Estado de São Paulo durante 24 horas, oferecendo conforto, fluidez e segurança aos usuários.

2. Dados Econômicos: Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq¹:

Em unid. ²	2013	2012	Var.%
Veículos Equivalentes	135.994.753	128.260.333	6,0
Veículos Leves (Eq).....	68.104.626	65.149.699	4,5
Veículos Pesados (Eq).....	67.890.127	63.110.634	7,6

1- Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado. 2- Nas praças, onde a cobrança de pedágio é unidirecional, os seus volumes de tráfego foram dobrados para se ajustarem a aquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta. **Tráfego consolidado (+6,0%):** Em 2013, o tráfego consolidado no Rodoanel registrou crescimento de 6,0% sobre 2012, tendo como destaques maiores percentuais de crescimento nas praças de acesso às rodovias Anhanguera e Bandeirantes. **Veículos de passeio (+4,5%):** A movimentação do tráfego de passeio teve crescimento de 4,5% sobre o ano anterior, sob influência das praças: P1-Raimundo (+5,2%), P2-Bandeirantes (+7,4%), P4-Anhanguera (+8,1%) e P8-Castello (+5,9%), que vem se consolidando como caminhos alternativos ao viário da cidade de São Paulo. **Veículos comerciais (+7,6%):** Sob influência da cobrança do eixo suspenso a partir de 28 de julho de 2013, o tráfego comercial registrou crescimento de 7,6% sobre 2012. Além disso, no acumulado do ano, houve aumento na movimentação de sucos cítricos (+2,3%), soja (+15,9%) e açúcar (+15,1%).

3. Receita operacional bruta:

Receita Bruta [R\$ mil]	2013	2012	Var.%
Receita de Pedágio	203.992	186.105	9,6%
Receita Acessória.....	1.536	1.389	10,6%

4. Receita Operacional Bruta Total

Receitas de Contratos			
de Construção	27.557	40.354	-31,7%
Receita Bruta Total	233.085	227.848	2,3%

Receita operacional líquida: A receita operacional líquida (desconsiderando a receita de construção) cresceu 9,6% em 2013 quando comparado ao ano de 2012 atingindo o valor de R\$ 188,3 milhões, sendo influenciada pelo crescimento de tráfego do sistema. As deduções sobre a receita operacional bruta aumentaram em 9,6%, alcançando o valor de R\$ 17,5 milhões, impactadas principalmente pelo crescimento de 9,6% nas receitas operacionais brutas. Os tributos incidentes são: ISS, cuja alíquota varia de um município para o outro, até o limite de 5% sobre a receita operacional bruta; PIS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 0,65% de todas as receitas; e COFINS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 3% de todas as receitas. **Custo dos serviços prestados:** O custo dos serviços prestados é composto por: • Depreciação e amortização, que são computados com base no benefício econômico da curva de tráfego, limitados ao prazo da concessão; • Custo de construção, que é o valor dos investimentos realizados na rodovia, classificados como "intangíveis"; • Provisão de manutenção, que é o valor apropriado das futuras intervenções na rodovia para manter a qualidade e operacionalidade previstas no Contrato de Concessão; • Custos da outorga pagos ao Poder Concedente, que incluem tanto valores fixos como valores variáveis, sendo os valores variáveis equivalentes a 3% da receita bruta mensais, excluídas as receitas financeiras, exceto para os meses de julho, agosto, setembro, novembro e dezembro de 2013, cuja alíquota foi de 1,5% conforme autorizado pelo Poder Concedente; • Custo com pessoal, que corresponde ao efetivo operacional para a prestação de serviços na rodovia; e • Outros custos, seguro, aluguel, viagens, eletricidade, telecomunicações e água. **Despesas administrativas:** As despesas administrativas são compostas primordialmente por salários e outros benefícios concedidos à nossa administração. O principal fator de influência nessa despesa é o número de funcionários.

3. Reajustes de tarifa de pedágio: Conforme as notícias veiculadas pela imprensa, o Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas previstos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IPCA e definir várias medidas de compensação de seu impacto, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, até o momento, as seguintes medidas: (i) o Secretário Estadual de Logística e Transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50% do ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da ARTESP, prorrogou por prazo indeterminado, a autorização da 548ª Reunião do Conselho Diretor de 25 de julho de 2013, quanto ao não recolhimento de 1,5% da outorga variável, para atender ao propósito da deliberação do Conselho Diretor em sua 5ª Reunião Extraordinária de 24 de junho de 2013. Outras deliberações ainda deverão ser adotadas pelo Estado para garantir a compensação efetiva do não reajuste das tarifas.

4. Riscos de mercado: Nossas operações estão localizadas no Brasil e, portanto, as condições econômicas e políticas brasileiras podem afetar nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais. Nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados por tais intervenções, bem como por outros fatores econômicos, tais como: • Inflação (IGPM / IPCA), relativo a reajustes contratuais; • IGP-M, relativo a reajustes contratuais. • TJLP, relativa a financiamentos na modalidade FINAME; • CDI, relativo a empréstimos locais em Reais e a emissão de Debêntures; • Políticas e variações cambiais; • Ausência de crescimento econômico interno; • Instabilidade social; • Diminuição de liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimo; • Política monetária; • Aumento nas taxas de juros; • Instabilidade de preços, especialmente preço de combustíveis; • Controles sobre importação e exportação; • Política fiscal e alterações na legislação tributária; e • Outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas no Brasil ou que afetem o Brasil. Ademais, temos os seguintes pontos de atenção: (i) risco de crédito decorrente da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros e (ii) risco de estrutura de capital (ou risco financeiro), decorrente da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia fizer para financiar suas operações.

5. Projetos sociais e culturais: O relacionamento da CCR RodoAnel com seus diferentes públicos, é reforçado por uma série de ações sociais, cujo objetivo é contribuir para a melhoria das condições de vida dos cidadãos em geral e, em especial, para o desenvolvimento dos municípios lindeiros, com reflexo direto em seus habitantes. Os projetos que mais se destacaram em 2013, foram: • **Contribuição Social para as Comunidades onde atua** - A CCR RodoAnel contribuiu socialmente através da realização de campanhas de arrecadação de ovos de páscoa, brinquedos e agasalhos que são doados às entidades filantrópicas e às comunidades carentes existentes ao longo da rodovia administrada pela CCR RodoAnel. • **Teatro de Mãos Dadas** - Apresentação de Teatro que visa promover conceitos de cidadania, com foco principal nas questões de segurança viária (cinto de segurança, travessia segura e empinar pipas sem cerol), realizado voluntariamente por colaboradores da empresa, mediante agendamento via relacionamento com Prefeituras, Secretarias de Cultura e Educação, das cidades do entorno da rodovia.

6. Recursos humanos / Geração de empregos: Atendendo às diretrizes do Grupo CCR, de valorizar a mão de obra regional, a CCR RodoAnel tem priorizado a geração de empregos entre moradores das cidades lindeiras ao Trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas. Atualmente, a empresa gera, em toda a região de influência de suas rodovias, 485 empregos diretos, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 7 municípios ao entorno das rodovias sob sua administração. Preocupada com a capacitação de seus funcionários para o exercício de suas funções, e com o objetivo de aprimorar a qualidade e o desempenho individual, a CCR RodoAnel investe no desenvolvimento de sua equipe, proporcionando convênios junto a entidades de ensino universitário e treinamentos diversos. **Pessoal:** Em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, tínhamos respectivamente 497, 435 e 485 colaboradores em tempo integral. A tabela a seguir contém dados consolidados referentes aos nossos colaboradores:

Categoria	2013	2012	2011
Administração.....	25	32	41
Manutenção.....	19	16	14
Operação.....	441	387	442
Total	485	435	497

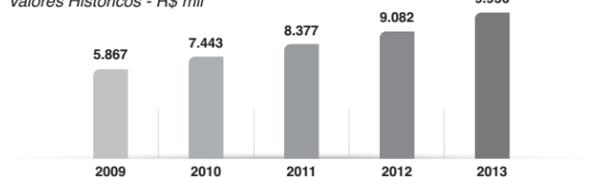
O nosso vínculo sindical é com o Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado de São Paulo. Não houve greve e nenhuma paralisação das atividades nos últimos anos. Não há atualmente nenhuma reivindicação trabalhista relevante pendente contra nós, no tocante às relações com o sindicato. O reajuste salarial para o período 2012/2013 foi de 5,5%. O salário normativo da categoria é de R\$ 755,00 (setecentos e cinquenta e cinco reais). Conferimos aos nossos Colaboradores, nos termos de nossa política de benefícios, plano de previdência privada pela CCR Prev. PGBL e VGBL administrado pelo Itaú Vida e Previdência S/A e outros benefícios sociais como programas de auxílio e ou suplementares ao bem estar social desses e de seus dependentes legais. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos. Não há planos de opção de compra de ações internamente. Os programas da CCR RodoAnel relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho (PCMSO e PPRA) estão em conformidade com a legislação. **Treinamento e desenvolvimento profissional:** Dentre os treinamentos realizados, destacamos alguns como: • **Super Interação:** que visa proporcionar aos colaboradores uma visão ampliada do negócio e a disseminação das metas pactuadas para o ano; • **Semana Interna do Transito:** com o intuito de divulgar conceitos de direção defensiva; e • **Inspiração:** evento realizado com o grupo de análise e gestão para promover a interação das áreas e a participação no processo de avaliação de competência, proporcionando aos colaboradores um plano de desenvolvimento individual. Neste ano, as ações de Treinamento e Desenvolvimento somaram 11.479 horas de treinamento.

Programa qualidade de vida no trabalho: Programa que visa proporcionar aos colaboradores, por meio de um sistema integrado e contínuo, ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida e para a manutenção de um ambiente de trabalho mais saudável, com vistas ao pleno desenvolvimento do exercício de suas funções. Os programas aplicados em 2013 foram: • **Massoterapia no ambiente de trabalho:** realizada duas vezes por semana na sede administrativa. • **GAT - Ginástica no ambiente de trabalho:** realizada nos postos de trabalho duas vezes por semana durante a jornada de trabalho, a fim de compensar as regiões de maior sobrecarga e ativar as menos utilizadas. • **PROCOFI - Programa de condicionamento físico:** Programa de condicionamento físico destinado aos colaboradores do APH (Atendimento Pré-Hospitalar) e Guincho. Realizado nas bases do APH e visa promover uma melhoria do condicionamento físico do colaborador, a fim de evitar lesões ao executar a atividade. O treino tem forte embasamento da ginástica funcional, entre outras técnicas e é acompanhado por um educador físico. • **Programa coração saudável:** exames clínicos destinados a 100% de nossos colaboradores no ano de 2013, que permitiram identificar grupos de risco, os quais foram tratados de forma individualizada, através de acompanhamentos nutricionais e médicos, educando para práticas e hábitos mais saudáveis. • **Semana interna de prevenção de acidentes de trabalho meio ambiente e saúde:** programa destinado a 100% dos colaboradores, através de atividades temáticas relacionadas à promoção da saúde e qualidade de vida por meio de parcerias firmadas com empresas e organizações não governamentais, bem como o início das realizações dos exames médicos periódicos e avaliações físicas. Foram disponibilizados os seguintes serviços: corte e escova de cabelo, manicure, design de sobrancelhas, teste de estresse, avaliação oftalmológica, massagem, vacina antigripal, avaliação em saúde bucal e aplicação de flúor, entre outras atividades gratuitas. • **Programa estrada para o futuro:** inclusão e capacitação de 17 jovens aprendizes ao longo de 2013. • **Programa de inclusão de pessoas com necessidades especiais (PNE):** manutenção, inclusão e desenvolvimento dos profissionais no mercado de trabalho. • **Programa de orientação às gestantes:** o programa atendeu 14 gestantes, todas colaboradoras da CCR RodoAnel. As futuras mães receberam orientações psicológicas, social, e informações relacionadas à alimentação adequada para ela e o bebê.

7. Desenvolvimento regional: ISSQN repassado aos municípios: Em 2013, a CCR RodoAnel recolheu R\$ 9,9 milhões em ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - aos cofres dos Municípios que fazem parte do trecho de rodovia que ela administra (Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu, Osasco, Santana de Parnaíba e São Paulo). O gráfico a seguir demonstra os valores recolhidos pela CCR RodoAnel a esses municípios nos últimos anos:

ISSQN - Repassado aos Municípios

Valores Históricos - R\$ mil



8. Meio Ambiente: A preservação ambiental tem sido uma das preocupações da CCR RodoAnel, que realiza plantios de mudas em cumprimento com suas obrigações compensatórias, repondo espécies nativas - que sofrem intervenções das obras - por mudas plantadas no entorno da rodovia ou em locais apropriados e preservados. Também são realizados projetos voltados para a conscientização, contribuindo com a preservação do meio ambiente. As principais atividades realizadas durante o ano de 2013 foram: • **Programa de controle ambiental** - Programa que estabelece as diretrizes e assegura o cumprimento das especificações técnicas e das normas ambientais durante as obras de implantação da rodovia, a fim de garantir as condições ambientais adequadas nas áreas de entorno. Esses cuidados continuam nas fases de conservação e operação, definindo as competências e responsabilidades na gestão ambiental do empreendimento. O Programa de Controle Ambiental objetiva instaurar um processo de análise de todas as atividades e processos operacionais desenvolvidos na rodovia, definindo, de maneira sistemática, uma estratégia de mitigação das consequências dos impactos ambientais e sociais, bem como os riscos à saúde ocupacional e à segurança do trabalho, identificados na operação da CCR RodoAnel.

Além disso, o programa considera atividades realizadas em condições normais e anormais de operação, bem como condições de emergência e aspectos ambientais das atividades. • **Plano de gerenciamento de resíduos sólidos** - o principal objetivo deste plano é estabelecer um tratamento ambientalmente adequado e seguro aos resíduos sólidos perigosos e não perigosos, gerados nas atividades de operação da rodovia, de forma consistente e eficiente, visando o atendimento à legislação ambiental aplicável, a proteção de nossos colaboradores e a Nova Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). No ano de 2013, implantamos o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), seguindo as diretrizes corporativas e o plano de ação de até 2014 ter a implantação completa do programa, bem como, o tratamento dos resíduos perigosos e não perigosos, de todas as nossas atividades operacionais. Tudo dentro de um programa que considera as práticas de redução, reaproveitamento, reciclagem, destinação para aterros sanitários especializados. • **Elaboração do sistema de gestão de segurança, meio ambiente e saúde - SGASS** - o SGASS demonstra as nossas responsabilidades através de programas e ações que colaboram com o desenvolvimento econômico, qualidade de vida, conservação ambiental, segurança e saúde, atendendo às necessidades presentes e futuras. Durante o ano de 2013 realizamos a primeira auditoria deste sistema para avaliação da maturidade e eficácia dos programas de segurança, saúde e meio ambiente. • **Criação do comitê de sustentabilidade** - o Comitê de Sustentabilidade da CCR RodoAnel, que tem como missão transformar diretrizes corporativas em planos de ação e o objetivo de garantir a execução dos mesmos. Este comitê é composto pelo Diretor Presidente, Diretor e Gestores das principais áreas da empresa. As reuniões para discussão dos principais temas e ações relacionados à Sustentabilidade ocorrem todas as terças-feiras, em conjunto com a reunião de gestão; nelas são apresentados os principais resultados, bem como as necessidades de melhorias e diretrizes traçadas pela Diretoria para as providências necessárias. • **Área específica para o desenvolvimento das atividades de sustentabilidade** - pensando na melhoria contínua dos processos, a CCR RodoAnel criou em 2011 uma nova área responsável por implantar e aplicar práticas de sustentabilidade como parte estratégica em projetos e atividades; estruturar e viabilizar ações de sustentabilidade a partir de processos implantados nas atividades de operação das rodovias atendendo suas obrigações contratuais, legais e seus clientes internos e externos; implantar melhorias e eliminar riscos com foco nas principais externalidades; buscar o equilíbrio entre os três pilares da Sustentabilidade - Ambiental, Social e Econômico.

9. Segurança Viária: A CCR RodoAnel atua não somente no gerenciamento e na promoção de melhorias da rodovia, mas também no desenvolvimento de condições de segurança e conforto aos usuários e às comunidades lindeiras. Essas ações têm contribuído positivamente com a estatística de acidentes de trânsito ao longo de toda a extensão do trecho Oeste do Rodoanel. Em 2012 foram registrados 15 óbitos, sendo que em 2013 foram 13, ou seja, uma redução de 13%. Dentre as ações de segurança viária desenvolvidas em 2013, destacam-se: • **Projeto Cinto de Segurança** - o uso do cinto de segurança, de acordo com o artigo nº 65 do Código de Trânsito Brasileiro, é obrigatório para todos os ocupantes de veículos, em todas as vias do território nacional. A partir dessa necessidade e com o objetivo de minimizar a gravidade dos acidentes, a CCR RodoAnel desenvolve ações onde são veiculadas mensagens educativas sobre a correta utilização do cinto, inclusive, no banco traseiro dos veículos. As ações são realizadas pela Equipe de Interação com o Cliente, no atendimento ao usuário, com distribuição de informativos educativos e orientação complementar. Em 2013 foram distribuídos 98.000 folhetos. • **Projeto Neblina** - esse projeto prevê a veiculação de mensagens educativas para os motoristas sobre os procedimentos que devem ser adotados na rodovia quando há formação de neblina. A ação se dá por meio da distribuição de folhetos educativos nas praças de pedágio, faixas instaladas ao longo da rodovia e veiculação de mensagens nos painéis móveis, ocorrendo formação de "comboios" com apoio da Polícia Militar Rodoviária sempre que necessário. No decorrer de 2013 foram distribuídos 30.000 folhetos educativos. • **Projeto Queimada** - este projeto prevê a veiculação de mensagens educativas para os motoristas sobre os procedimentos que devem ser adotados nos eventos envolvendo incêndios nas matas localizadas nas proximidades do trecho concedido. As ações são realizadas pela Equipe de Interação com o Cliente, principalmente no mês de agosto (período de seca, gerando riscos de acidentes na rodovia), no atendimento ao usuário, com distribuição de informativos educativos e orientação complementar. No decorrer do ano de 2013 foram distribuídos 30.000 folhetos educativos.

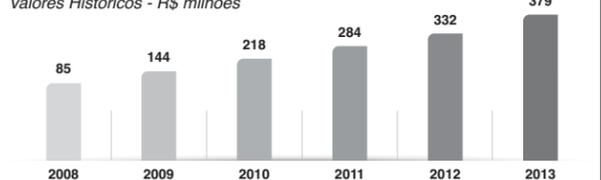
• **Pedala Certo** - voltado à segurança dos ciclistas que se utilizam da rodovia, o projeto tem como foco principal a abordagem destes ciclistas para a distribuição de informativos com dicas para trafegar com segurança na rodovia e distribuição de adesivos refletivos. Em 2013 o projeto abordou cerca de 200 ciclistas. • **Projeto Motociclista** - essa campanha educativa visa conscientizar os motociclistas sobre as questões de como manter uma direção responsável e segura (defensiva), quer estejam na cidade, quer estejam nas rodovias. A CCR RodoAnel realiza campanha educativa com distribuição de folhetos e implantação de faixas informativas. Neste ano de 2013, mais de 1.820 motoqueiros foram orientados. • **Projeto Pirlampo** - com a realização desta ação, a CCR RodoAnel conscientiza os caminhoneiros sobre a importância de executar a manutenção das lâmpadas traseiras dos caminhões, minimizando, deste modo, os riscos de acidentes, principalmente no período da noite. No ano de 2013, foram realizados 6 eventos, onde foram avaliados 202 caminhões e trocadas 51 lâmpadas (substituídas, gratuitamente, no próprio local). • **Pista Molhada** - visa orientar os motoristas de como se comportar em condições de pista molhada e os principais cuidados que devem ser adotados na manutenção dos veículos. As ações são realizadas pela Equipe de Interação com o Cliente, no atendimento ao usuário, com distribuição de informativos educativos e orientações complementares. Foram distribuídos 28.000 folhetos em 2013.

• **Uso Correto do Acostamento** - seu principal foco é conscientizar e orientar os motoristas quanto ao uso correto do acostamento. No ano foram distribuídos 27.500 folhetos em 2013. • **Zero Alcool** - programa desenvolvido em parceria com a Polícia Militar Rodoviária e O Instituto de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), com o objetivo de reduzir o número de acidentes na rodovia, que tenham como causa a associação de álcool e direção, por intermédio de duas frentes de atuação: • **Ações coercitivas:** identificação e notificação de condutores embriagados por meio de parceria com a Polícia Militar Rodoviária; • **Ações educativas:** trabalho de conscientização na região lindeira, com realização de palestras e divulgação de material educativo para prevenção de acidentes de trânsito provocados pelo consumo de álcool. Ao longo de 2013 foram distribuídos um total de 142.000 folhetos (material informativo) nas praças de pedágio e nas ações educativas, além da execução de palestras e seminários. • **Comportamento nos Túneis** - projeto com foco na orientação ao motorista no caso de falha mecânica nos túneis. Em 2013 foram distribuídos 14.000 folhetos em eventos que aconteceram nos meses de março e agosto. • **Pipa** - conscientização sobre os perigos de soltar pipa nas proximidades da rodovia. Foram orientadas 34 pessoas nos locais de maior incidência. • **Animais** - orientação aos proprietários de áreas no entorno da rodovia sobre a importância de manter as cercas sempre em perfeito estado, evitando que seus animais fujam causando acidentes na rodovia. Em 2013, foram orientados 7 proprietários. • **Mantenha-se a Direita** - orientação ao motorista de veículos pesados a utilizarem as faixas da direita, com objetivo de reduzir o número de acidentes, principalmente colisão traseira. Foram distribuídos 27.500 folhetos em 2013. • **Pane Seca** - orientação aos motoristas sobre a importância de verificarem a existência de combustível suficiente para chegarem ao local de destino. Foram distribuídos 33.000 folhetos em 2013.

10. Investimentos:

Investimentos Acumulados

Valores Históricos - R\$ milhões



continua

continuação

Os principais investimentos no ano de 2013 foram: • Implantação da 5ª faixa - km 14,5 ao 24,4. Pista Interna e Pista Externa: Implantação da faixa adicional para aumento da capacidade de tráfego e melhoria da fluidez. • Conservação de pavimento rígido: Recuperação de pavimento rígido ao longo da Rodovia para manutenção dos níveis de serviço, segurança e conforto dos usuários; • Recuperação Vias Marginais Avenida Autonomistas - Padroeira: Marginais do Rodoanel, trecho compreendido entre Avenida dos Autonomistas e Trevo da Padroeira (km 16+200 ao km 19+700), pista externa e pista interna. O objetivo desta obra é garantir o atendimento ao nível de serviço, além de proporcionar segurança e conforto aos usuários; • Dispositivo Incêndio e Conservação Especial dos Túneis: Implantação e adequação dos dispositivos de incêndio dos túneis para maior segurança e adequação às normas. • Sinalização Horizontal: Conservação de sinalização horizontal com vistas a melhorar a orientação ao usuário, aumentando a segurança de todos que trafegam pela rodovia; • Conservação de Pavimento Flexível: Recuperação de pavimento flexível em todas as alças de acesso e também nos trechos onde há pavimento flexível sobre o rígido. Esta obra visa manutenção dos níveis de serviço e conforto ao usuário. • Outros - frota de 15 veículos operacionais; 8 painéis de mensagens variáveis, sendo 6 fixos e 2 móveis; 33 câmeras de vídeo para monitoração de tráfego; 161 câmeras de segurança das praças; 246 câmeras para controle de evasão de pedágio; 59 telefones de emergência; 6 km de cabos de fibra óptica em rodovia e um

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

centro de controle operacional que monitora as rodovias 24 horas por dia. **11. Comunicação com o usuário:** A CCR RodoAnel ouve e orienta seus usuários através de diversos canais de comunicação abertos, especialmente, para esta finalidade. São eles: • **0800 7773 6699:** chamadas gratuitas para nossa central de atendimento (via telefone ou call box), que atende 24 horas por dia, 7 dias por semana. Atendimento aos usuários que necessitam quaisquer tipo de informação sobre o RodoAnel Oeste, nosso trecho concessionado, bem como aberto para dúvidas, reclamações, sugestões. Em 2013 tivemos um total de 106.880 ligações (média mensal de 8.906 ligações), sendo 47.291 atendidas diretamente por nossos colaboradores e 59.589 atendidas pela URA (Unidade de Resposta Auditável), com informações de tráfego das nossas rodovias. • **Internet:** "Fale Conosco", por meio do site www.rodoaneloeste.com.br. Em 2013 atendemos e tratamos 524 manifestações via fale conosco (média mensal 43). • **Casa do Usuário:** posto de atendimento disponibilizado para maior conforto de nossos usuários, localizado no KM 16,500 da pista interna, do RodoAnel Oeste. A Casa do Usuário é equipada com toaletes, fraldários e mapas informativos. No ano de 2013 atendemos 37.380 usuários. • **Ouvvidoria:** importante canal de comunicação entre o usuário e a Diretoria da Concessionária, que, de acordo com as manifestações que ocorrem, gera importante ferramenta de gestão para diversas áreas, sobretudo operacionais. Por meio deste canal, o usuário pode registrar suas manifestações e receber a resposta no prazo máximo de três dias. Em 2013, a Ouvidoria deu tratamento a 1.524 mani-

festações (média de 127 por mês), oriundas de diferentes canais: 0800, Casa do Usuário, e-mail, site, telefone e visitas pessoais. Após envio da manifestação (elogio, sugestão, reclamação, pedido de ressarcimento), a Ouvidoria, em conjunto com cada área técnica, avalia o assunto e dá o devido tratamento a cada tipo de caso, dando, então, retorno ao usuário. Temos um tempo de resposta médio de até cinco dias úteis. O escopo do trabalho da Ouvidoria é cuidar adequadamente de cada manifestação de nossos usuários, auxiliando no trabalho contínuo de aprimoramento de nossos serviços. • **Telefones de emergência (CallBox):** são 60 aparelhos instalados ao longo dos 30 quilômetros do trecho do RodoAnel Oeste. Em 2013, o serviço 0800 tratou 6.163 chamados feitos por este canal (média mensal de 513).

12. Considerações finais: Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Barueri, 19 de fevereiro de 2014.

A Administração.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de Reais)											
Ativo	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012				
Circulante											
Caixas e equivalentes de caixa.....	6	17.721	16.006	Circulante							
Contas a receber.....	7	997	771	Financiamentos e arrendamento mercantil.....	14	96	179				
Contas a receber - partes relacionadas ..	8	11.449	9.370	Debêntures.....	15	525.985	18.453				
Pagamentos antecipados relacionados à concessão.....	9	73.578	73.578	Fornecedores.....	16	8.967	9.729				
Despesas antecipadas.....		1.223	1.052	Impostos e contribuições a recolher.....	17	1.914	1.864				
Outros créditos.....		566	1.113	Obrigações sociais e trabalhistas.....		2.435	2.011				
Total do ativo circulante.....		105.534	101.890	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas.....	8	24	91				
Não circulante											
Realizável a longo prazo											
Depósitos judiciais.....		79	58	Obrigações com o poder concedente.....		263	466				
Impostos a recuperar.....		15	15	Outras contas a pagar.....		128	95				
Ativo fiscal diferido.....	10b	382.609	320.719	Total do passivo circulante.....		539.812	32.888				
Pagamentos antecipados relacionados à concessão.....	9	1.722.951	1.796.529	Não circulante							
Outros créditos.....		144	-	Financiamentos e arrendamento mercantil.....	14	-	95				
		2.105.798	2.117.321	Debêntures.....	15	1.298.519	1.796.786				
Imobilizado											
	11	34.561	36.773	Adiantamento para futuro aumento de capital.....	8	57.000	-				
	12	310.721	287.462	Impostos e contribuições a recolher.....	17	45.366	36.667				
	13	30.777	36.934	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários.....	18	124	-				
Total do ativo não circulante.....		2.481.857	2.478.490	Provisão de manutenção.....	20	2.453	420				
Total do ativo.....		2.587.391	2.580.380	Mútuos - partes relacionadas.....	8	718.651	667.292				
				Total do passivo não circulante.....		2.122.113	2.501.260				
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)							
				Capital social.....	21a	700.000	700.000				
				Prejuízos acumulados.....		(774.534)	(653.768)				
				Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto).....		(74.534)	46.232				
				Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto).....							
						2.587.391	2.580.380				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2013	2012
Receita operacional líquida.....			
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção.....		(27.557)	(40.354)
Provisão de manutenção.....	20	(1.918)	(273)
Depreciação e amortização.....		(16.534)	(14.295)
Custo da outorga.....		(78.398)	(79.204)
Serviços.....		(23.796)	(14.066)
Custo com pessoal.....		(17.532)	(16.784)
Material, equipamentos e veículos.....		(3.611)	(2.879)
Outros.....		(2.830)	(4.211)
		(172.176)	(172.066)
Lucro bruto.....		43.687	39.862
Despesas gerais e administrativas			
Custo com pessoal.....		(985)	(762)
Serviços.....		(2.865)	(3.169)
Material, equipamentos e veículos.....		(938)	(878)
Depreciação e amortização.....		(1.730)	(1.244)
Despesas legais e judiciais.....		-	(38.621)
Outros.....		(3.595)	(2.818)
		(10.113)	(47.492)
Resultado antes do resultado financeiro		33.574	(7.630)
Despesas financeiras.....	23	(218.325)	(254.662)
Receitas financeiras.....	23	2.095	1.634
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social.....		(182.656)	(260.658)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos.....	10a	61.890	88.358
Prejuízo do exercício.....		(120.766)	(172.300)
Prejuízo por ação - básico e diluído (em reais - R\$).....		(0,125)	(0,2461)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de Reais)							
	2013	2012	2013	2012			
Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Prejuízo do exercício.....	(120.766)	(172.300)	Impostos, contribuições a recolher e provisão de imposto de renda e contribuição social.....	51	13.737		
Ajustes por:			Obrigações com o poder concedente.....	(203)	7		
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	(61.890)	(88.358)	Outras contas a pagar.....	33	74		
Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão.....	73.578	73.578	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais.....	126.814	98.698		
Depreciação e amortização.....	18.264	15.539	Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Baixa de ativo imobilizado.....	163	19	Aquisição de ativo imobilizado.....	(3.718)	(5.183)		
Capitalização de custo de empréstimos.....	(2.042)	(2.844)	Aquisição de ativo intangível.....	(27.557)	(40.219)		
Juros sobre debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil.....	159.911	167.410	Caixa líquido usado nas atividades de investimento.....	(31.275)	(45.402)		
Constituição e reversão da provisão para riscos trabalhistas.....	124	(45)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa....	35	5	Resgates/aplicações (conta reserva).....	-	5		
Constituição de provisão de manutenção.....	1.918	273	Mútuos com partes relacionadas: Captações.....	-	71.147		
Ajustes a valor presente da provisão de manutenção.....	115	24	Pagamentos.....	-	(14.831)		
Juros e variação monetária sobre mútuo com partes relacionadas.....	60.057	88.081	Financiamentos e debêntures: Pagamentos principal.....	(175)	(227)		
Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos			Pagamentos juros.....	(150.649)	(176.826)		
Contas a receber.....	(261)	(117)	Integralização de capital.....	-	72.000		
Contas a receber de partes relacionadas.....	(2.079)	(227)	Adiantamento para futuro aumento de capital ..	57.000	-		
Impostos a recuperar.....	-	4.157	Caixa líquido usado nas atividades de financiamento.....	(93.824)	(48.732)		
Despesas antecipadas.....	(171)	150	Aumento do caixa e equivalentes de caixa.....	1.715	4.564		
Outros créditos e depósitos judiciais.....	382	(665)	Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
(Aumento) redução dos passivos			No início do exercício.....	16.006	11.442		
Fornecedores.....	(762)	(557)	No final do exercício.....	17.721	16.006		
Fornecedores partes relacionadas.....	(67)	8		1.715	4.564		
Obrigações sociais e trabalhistas.....	424	749					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Avenida Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, 690 – sala 11 – 1º andar, bairro Tamboré na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Companhia, sob o regime de concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, tendo início no km 0+000 na Av. Raimundo Pereira de Magalhães (Km 24 da Estrada Velha de Campinas - SP 322) e terminando na altura do Km 278+800 da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), incluindo o dispositivo de intersecção com a Rodovia Régis Bittencourt, correspondente ao Lote 24 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, tem por objeto a exploração do Sistema Rodoviário que compreende: a) Execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados; b) Apoio na execução dos serviços não delegados; e c) Gestão dos serviços complementares, na forma do Regulamento da Concessão, compreendendo execução, gestão e fiscalização. O prazo da concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, ou seja, 1º de junho de 2008, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no Contrato de Concessão nº. 001/ARTESP/2008. A Concessionária iniciou suas operações em 17 de dezembro de 2008. A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: **Ampliações e melhoramentos:** • Implantação de Faixas Adicionais entre a Rodovia Castello Branco e a Rodovia Raposo Tavares; • Implantação de Vias Marginais entre o dispositivo da Padroeira e a Rodovia Raposo Tavares; • Implantação de seis passarelas para pedestres; • Melhorias nos dispositivos de entroncamento da Padroeira e da Rodovia Castello Branco; • Construção de viaduto - Passagem Superior da estrada velha de Cotia; • Implantação de Barreiras Acústicas em determinados trechos da Rodovia; • Sistema de Monitoração de Tráfego, incluindo CFTV e analisadores de Tráfego; • Sistema de Telecomunicações, incluindo Telefones de Emergência e Painéis de Mensagem Variável; • Sistema de Arrecadação, incluindo a implantação de praças de pedágio; e • Sistema de Controle de Fiscalização, incluindo a implantação de postos de pesagem. **Bens reversíveis:** No final do período de concessão da rodovia, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A concessionária terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados

e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão. **Discussões em juízo:** Ação Popular – Lei Estadual nº. 2.481/53 que limita instalação de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo. Trata-se de ação popular proposta por único autor em face do Estado de São Paulo, da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo-ARTESP e dos acionistas da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., Companhia de Concessões Rodoviárias (antiga razão social da CCR S.A.) e Encalço Construções Ltda., com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão protocolada em 15 de dezembro de 2008. Em 8 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a Companhia recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 9 de janeiro de 2009, em virtude de Suspensão de Liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo. A ação foi julgada procedente. O Governo de São Paulo/Fazenda do Estado de São Paulo e a ARTESP interuseram recurso perante o Tribunal de Justiça de São Paulo contra a aplicação imediata da sentença em razão de anterior decisão do Tribunal de Justiça. Referida apelação foi provida para anular a sentença proferida. Assim, o processo retornará à 1ª instância para um novo julgamento.

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia. **a) Apuração do resultado:** Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **b) Receitas de serviços:** As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a deliberação CVM 691/12, correlacionada ao CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **c) Instrumentos financeiros:** A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são

reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. • Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. • Instrumentos financeiros derivativos: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício. **d) Capital social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. **Ações preferenciais:** As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. **f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **g) Ativo imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros

continua

continuação

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **h) Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item "r". **i) Ativos arrendados:** • Arrendamento mercantil operacional: Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 19a. **j) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** • Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica recuperação do valor perdido, esta recuperação é registrada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável, e caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **l) Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações recorrentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento. **m) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **n) Capitalização dos custos dos empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção. **o) Benefícios a empregados:** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **p) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às dife-

renças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização de 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social. No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior, além de outras alterações na legislação tributária. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014, a ser regulamentada pela Receita Federal do Brasil. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos da nova norma e aguarda sua regulamentação, para então optar pela data de adoção e a sua conversão em lei. No melhor entendimento da Administração, baseado na opinião de nossos assessores jurídicos, não se espera impactos materiais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da Administração. **q) Direito da concessão:** Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCP 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 26) ao Poder Concedente, sob o entendimento do contrato de concessão ser um contrato executório. No contrato de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a serem cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato. Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados. **r) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **s) Gastos pré-operacionais:** A partir de 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, consequentemente, passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculados ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como custos de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção. Os saldos existentes no ativo diferido em 31 de dezembro de 2008, estão sendo mantidos nesta conta até a sua completa amortização conforme opção descrita no item 20 do CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida para a Lei nº 11.941/09. **t) Novos pronunciamentos e interpretações:** Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2013 pelo International Accounting Standards Board - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(b)
IFRS 7 e IFRS 9 - Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição	(b)
Modificações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	Introduz novas exigências de divulgação a entidades de investimentos	(a)
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entrarão em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização entre outros.	(a)
IFRS 13 - Valor justo	Estabelece em um único IFRS a estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações sobre o mesmo.	(a)
IAS 19 - Benefícios a empregados	Fornecer aos investidores e outros usuários das demonstrações financeiras uma idéia mais clara das obrigações atuais e futuras da empresa, decorrentes de planos de benefícios definidos e como essas obrigações afetarão a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa.	(a)
IAS 27 (R) e IAS 28 (R) - Modificações	Modificações para equalização com as IFRS 10, 11 e 12.	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aplicadas de maneira consistente. Em 19 de fevereiro de 2014 foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

2	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC01 (R1)
7	Provisão para devedores duvidosos
10b	Impostos diferidos
11	Depreciação do ativo imobilizado
12	Amortização dos ativos intangíveis
18	Provisão para riscos
19	Classificação de arrendamento mercantil
20	Provisão de manutenção
24	Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Investimentos em títulos financeiros: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data das demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito. b) Risco de taxas de juros e inflação. c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. Abaixo estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam as Companhias à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, busca-se realizar parte das captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as receitas. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da TJLP relativos aos financiamentos em reais, e (2) do CDI para empréstimos de capital de giro e debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 14 e 15. As tarifas de pedágio são atualizadas anualmente pela variação do IPCA. **c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures. Os compromissos futuros relacionados a liquidação de obrigações financeiras, serão honrados através de novas captações no mercado financeiro e ou aportes adicionais de capital dos investidores. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos
Empréstimos e financiamentos	96	-
Debêntures	527.718	1.300.000
	527.814	1.300.000
6. Caixa e equivalentes de caixa	2013	2012
Caixa e bancos	683	917
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	17.038	15.089
	17.721	16.006
As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 99,56% do CDI, equivalente a 8,03% ao ano (8,31% ao ano em 31 de dezembro de 2012).		
7. Contas a receber	2013	2012
Vale pedágio	920	730
Outros	117	46
	1.037	776
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)...	(40)	(5)
	997	771

continua

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.		2011		2012			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final	
O quadro a seguir resume os saldos a receber por data de vencimento:							
		2013	2012				
Créditos a vencer		964	728				
Créditos vencidos até 60 dias		33	43				
Créditos vencidos de 91 a 180 dias		-	5				
Créditos vencidos há mais de 180 dias.....		40	-				
		1.037	776				
(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, baseado no histórico de perda da Companhia.							
8. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora e outras partes relacionadas.							
	Transações	Saldos					
	Serviços prestados	Ativo	Passivo				
	Despesas financeiras	Contas a receber	Mútuos	AFAC	Fornecedores e contas a pagar		
Controladora							
CCR S.A. (a), (b) e (c)	171	55.241	-	659.786	57.000	-	
Outras partes relacionadas							
Conc. de Rod.do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (d) ..	-	-	15	-	-	20	
Encalco Construções Ltda. (e)...	-	4.816	-	58.865	-	4	
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (f) ..	-	-	11.434	-	-	-	
Companhia de Participações em Concessões (g).....	1.013	-	-	-	-	-	
Total circulante, 31 de dezembro de 2013	1.184	60.057	11.449	-	-	24	
Total não circulante, 31 de dezembro de 2013	-	-	-	718.651	57.000	-	
Total, 31 de dezembro de 2013 ..	1.184	60.057	11.449	718.651	-	24	
Total circulante, 31 de dezembro de 2012	-	-	9.370	-	-	91	
Total não circulante, 31 de dezembro de 2012	-	-	-	667.292	-	-	
Total, 31 de dezembro de 2012 ..	1.146	88.081	9.370	667.292	-	91	
(a) Contratos de mútuo, remunerados à variação acumulada de 105% ao ano do CDI com a controladora CCR. O vencimento do contrato será em 15 de novembro de 2024. As taxas de remuneração são equivalentes às praticadas no mercado, nas datas em que as transações foram realizadas; (b) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR; (c) Adiantamento para futuro aumento de capital realizado no ano de 2013; (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; (e) Contratos de mútuo, remunerados à variação acumulada de 105% ao ano do CDI com a empresa Encalco. O vencimento para o contrato será de 15 de novembro de 2024. As taxas de remuneração são equivalentes às praticadas no mercado, nas datas em que as transações foram realizadas; (f) Referem-se aos valores de tarifa de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no exercício subsequente; e (g) Prestador exclusivo de serviços de obras para manutenção e conservação da rodovia.							
9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão		2013	2012				
Circulante							
Pagamentos antecipados relacionados à concessão		73.578	73.578				
Não circulante							
Pagamentos antecipados relacionados à concessão		1.722.951	1.796.529				
Durante os meses de maio de 2008 a maio de 2010 foram efetuados pagamentos antecipados ao Poder Concedente, relacionados à outorga. Esses valores foram registrados no ativo e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo da concessão.							
10. Impostos diferidos: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada a seguir:							
		2013	2012				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(182.656)	(260.658)				
Alíquota nominal.....		34%	34%				
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal.....		62.103	88.624				
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes							
Despesas com brindes e associações de classe		(66)	(199)				
Despesas indedutíveis.....		(154)	(47)				
Outros ajustes tributários		7	(20)				
		(213)	(266)				
Imposto de renda e contribuição social		61.890	88.358				
Impostos diferidos		61.890	88.358				
Alíquota efetiva de impostos		34%	34%				
b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social tem a seguinte origem:							
		2013	2012				
Bases ativas							
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)		397.703	334.941				
Provisão para participação nos resultados (PLR).....		197	93				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....		98	2				
Provisão para riscos trabalhistas		42	-				
Depreciação de obras lançadas no custo (b)		5.151	1.686				
Constituição da provisão de manutenção (c).....		834	138				
Depreciação e juros sobre arrendamento mercantil financeiro		67	50				
Receita financeira a apropriar		1.441	1.727				
Provisão para fornecedores.....		10	-				
Outros		-	6				
		405.543	338.643				
Bases passivas							
Pagamento de juros e principal - arrendamento mercantil financeiro.....		(83)	(67)				
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d).....		(17.736)	(13.099)				
Custo de empréstimos capitalizados (e).....		(5.114)	(4.758)				
Amortização do custo de transação.....		(1)	-				
		(22.934)	(17.924)				
Ativo diferido líquido		382.609	320.719				
A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos: (a) A Companhia estima recuperar os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a partir do exercício de 2020. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a estas previsões. A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo inferior ao acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital. (b) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis – Lei 11.638/07; (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item "f", conforme práticas contábeis – Lei 11.638/07; (d) Diferenças temporárias entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07; e (e) Diferenças temporárias entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07.							
11. Ativo Imobilizado							
	Taxa média anual de depreciação %	2013		2012			
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios.....	10	945	(285)	660	795	(217)	578
Máquinas e equipamentos	11	19.685	(4.429)	15.256	19.168	(2.394)	16.774
Veículos.....	20	1.832	(600)	1.232	1.894	(442)	1.452
Sistemas operacionais	17	22.492	(10.022)	12.470	22.250	(6.407)	15.843
Imobilizado em andamento		4.943	-	4.943	2.126	-	2.126
		49.897	(15.336)	34.561	46.233	(9.460)	36.773
Movimentação do custo		2012		2013			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final	
Móveis e utensílios.....		795	8	(43)	185	945	
Máquinas e equipamentos		19.168	-	(61)	578	19.685	
Veículos.....		1.894	-	(62)	-	1.832	
Sistemas operacionais		22.250	-	(181)	423	22.492	
Imobilizado em andamento		2.126	4.003	-	(1.186)	4.943	
		46.233	4.011	(347)	-	49.897	

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.									
15. Debêntures									
Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva de custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento final	2013	2012		
2ª Emissão - Série 1.....	109,20% do CDI	0,1125% (a)	1.735	241	Maio de 2014	507.339	504.792		(b)
2ª Emissão - Série 2.....	111,00% do CDI	0,1132% (a)	2.539	901	Maio de 2015	557.575	554.740		(b)
2ª Emissão - Série 3.....	112,00% do CDI	0,1142% (a)	4.281	2.072	Maio de 2016	759.590	755.707		(b)
Total.....				3.214		1.824.504	1.815.239		
Circulante									
Debêntures.....						527.718	20.522		
Custos de Transação.....						(1.733)	(2.069)		
						525.985	18.453		
Não circulante									
Debêntures.....						1.300.000	1.800.000		
Custos de Transação.....						(1.481)	(3.214)		
						1.298.519	1.796.786		

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. **Garantias:** (b) Fidejussória do acionista controlador. **Cronograma de desembolsos (não circulante):**

	2013
2015.....	550.000
2016.....	750.000
Total.....	1.300.000

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. Em 05 de maio de 2011, foi realizada a 2ª emissão pública de debêntures, no total de 180.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria, com garantia adicional fidejussória, em três séries. As debêntures da 1ª série, com valor nominal total de R\$ 500.000 têm remuneração de 109,20% do CDI e as da 2ª série com valor nominal total de R\$ 550.000 têm remuneração de 111% do CDI, foram totalmente subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2011 pelo mesmo montante. As debêntures da 3ª série, com remuneração de 112% do CDI, têm valor nominal total de R\$ 750.000 e foram subscritas e integralizadas em 28 de julho de 2011. As debêntures das três séries são garantidas por fianças prestadas pelos acionistas na proporção de suas participações à época da emissão, sendo CCR (95%) e Encalso (5%). Os juros estão sendo pagos semestralmente para todas as séries, sendo seus vencimentos de novembro de 2011 até maio de 2014, de 2015 e de 2016, respectivamente, para a 1ª, 2ª e 3ª séries. O principal será liquidado em parcela única, em maio de 2014, maio de 2015 e maio de 2016, para a 1ª, 2ª e 3ª séries, respectivamente. As debêntures podem ser resgatadas antecipadamente mediante o pagamento de prêmio. Um dos principais eventos de vencimento antecipado é a não manutenção, por dois trimestres consecutivos de índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a anualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores. Os índices são: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e/ou EBITDA/Despesas financeiras que não deverá ser inferior a 2.

16. Fornecedores

	2013	2012
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a).....	4.337	5.174
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a).....	12	11
Cauções e retenções contratuais (b).....	4.618	4.544
	8.967	9.729

(a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

17. Obrigações fiscais federais e municipais a recolher

	2013	2012
Circulante		
ISS.....	975	938
COFINS.....	537	480
INSS retido na fonte.....	198	241
PIS, COFINS e CSLL retidos.....	66	90
PIS.....	116	104
Outros.....	22	11
	1.914	1.864
Não Circulante		
IRRF sobre mútuos.....	45.366	36.667

18. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2012		2013	
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Saldo final
Não circulante				
Trabalhistas.....	-	133	(9)	124
Total.....	-	133	(9)	124

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, na esfera cível no montante de R\$ 26 e trabalhistas R\$ 49. A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados a seguir, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2013
Cíveis e administrativos.....	40
Trabalhistas e previdenciários.....	30
Tributárias.....	1.345
	1.415

19. Arrendamento mercantil operacional: Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	2013
Até um ano.....	681
Acima de um ano e até cinco anos.....	122
	803

A Companhia opera com 21 veículos de frota com contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos

Ativos	2013				2012			
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total
Aplicações financeiras.....	17.038	-	-	17.038	15.089	-	-	15.089
Contas a receber de clientes.....	-	997	-	997	-	771	-	771
Contas a receber - partes relacionadas.....	-	11.449	-	11.449	-	9.370	-	9.370
Passivos								
Arrendamento Mercantil.....	-	-	-	-	-	-	(45)	(45)
Financiamentos em moeda nacional (a).....	-	-	(96)	(96)	-	-	(229)	(229)
Debêntures (a).....	-	-	(1.824.504)	(1.824.504)	-	-	(1.815.239)	(1.815.239)
Fornecedores e outras contas a pagar.....	-	-	(9.095)	(9.095)	-	-	(9.824)	(9.824)
Fornecedores - partes relacionadas.....	-	-	(24)	(24)	-	-	(91)	(91)
Mútuos - partes relacionadas.....	-	-	(718.651)	(718.651)	-	-	(667.292)	(667.292)
Partes relacionadas - AFAC.....	-	-	(57.000)	(57.000)	-	-	-	-
	17.038	12.446	(2.609.370)	(2.579.886)	15.089	10.141	(2.492.720)	(2.467.490)

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações; • **Contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, fornecedores, outras contas a pagar e mútuo** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações; • **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelo seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

Instrumentos financeiros por categoria	2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*).....	1.827.718	1.858.662	1.815.239	1.856.264

(*) Os valores estão brutos dos custos de transação. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas na BM&F mais cupons e trazendo a valor presente pelas taxas de mercado, equivalentes às taxas contratuais projetadas. **Hierarquia de valor justo:** A companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2013	2012
Aplicações financeiras.....	17.038	15.089

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Análise**

possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M. A Companhia reconheceu na rubrica de Materiais, Equipamentos e Veículos as despesas com operações de arrendamento mercantil operacional nos valores de R\$ 668 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 105 em 31 de dezembro de 2012).

20. Provisão de manutenção

Não circulante	2012		2013	
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Total
Provisão de manutenção.....	420	1.918	115	2.453
	2011	2012		
Provisão de manutenção.....	123	273	24	420

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão de 2011 a 2013 são de 12,62% a.a., 8,20% a.a. e 10,14% a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

Em 31 de dezembro de 2013 o montante provisionado corresponde a R\$ 8.880 do valor nominal das projeções de gastos (R\$ 2.223 em 31 de dezembro de 2012).

21. Patrimônio Líquido: • Capital Social: O capital social antes representado por 200.000 ações nominativas, e sem valor nominal, passou a ser composto por 700.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 350.000 ordinárias e 350.000 preferenciais. Em 1º de novembro de 2012 foi aprovado através de Reunião de Conselho de Administração o aumento do capital da Companhia no valor total de R\$72.000 de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 50% preferenciais e 50% ordinárias, com preço de emissão fixado em R\$1,00 (um real) por ação. Diante disso, o capital social da Companhia passou a ser de R\$272.000 de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 136.000 de ações ordinárias e 136.000 de ações preferenciais. Em consequência ao aumento de capital social subscrito e integralizado pela acionista CCR, em razão de decisão da ENCALSO, fazem constar que o percentual de participação dos acionistas passou a ser da CCR - 96,32353% e ENCALSO - 3,67647%. Em 1º de dezembro de 2012 foi aprovado através de Reunião de Conselho de Administração o aumento do capital da Companhia no valor total de R\$428.000 de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 50% preferenciais e 50% ordinárias, com preço de emissão fixado em R\$1,00 (um real) por ação, subscritas e integralizadas, mediante conversão parcial do valor principal de crédito da acionista CCR S.A., em decorrência dos contratos de mútuo firmados com a Companhia, posto que a acionista Encalso Construções Ltda. ("ENCALSO"), em 20 de novembro de 2012, manifestou sua falta de interesse de realizar a subscrição e integralização de capital correspondente ao seu percentual de participação na Companhia, que até então era de 3,67647%. Diante disso, o capital social da Companhia passou a ser de R\$700.000 de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 350.000 de ações ordinárias e 350.000 de ações preferenciais. Em consequência ao aumento de capital social subscrito e integralizado pela acionista CCR, em razão de decisão da ENCALSO, fazem constar que o percentual de participação das acionistas passou a ser de CCR - 98,5714% e ENCALSO - 1,4286%.

22. Receitas

	2013	2012
Receitas de pedágio.....	203.992	186.105
Receitas de construção (ICPC 01 R1).....	27.557	40.354
Receitas acessórias.....	1.536	1.389
Receita bruta.....	233.085	227.848
Impostos sobre receitas.....	(17.485)	(15.949)
Ganho na arrecadação de pedágio.....	263	29
Deduções da receita bruta.....	(17.222)	(15.920)
Receita líquida.....	215.863	211.928

23. Resultado financeiro

	2013	2012
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil.....	(159.911)	(167.410)
Juros e variações monetárias sobre mútuos.....	(60.057)	(88.081)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção.....	(115)	(24)
Capitalização de custos de empréstimos.....	2.042	2.844
Taxas, comissões e outras despesas financeiras.....	(284)	(1.991)
	(218.325)	(254.662)

Receitas financeiras

Rendimento sobre aplicação financeira.....	2.075	1.391
Juros e outras receitas financeiras.....	20	243
	2.095	1.634
Resultado financeiro líquido.....	(216.230)	(253.028)

24. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cuja administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos, com o objetivo de proteção, é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadro a seguir:

Operação	Risco			Efeito em R\$ no resultado		
	Vencimentos até	Exposição em R\$ (3)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%	
Passivos						
Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2014	507.580	(17.306)	(21.477)	(25.590)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2015	558.476	(61.134)	(76.517)	(91.939)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2016	761.662	(84.168)	(105.359)	(126.606)
As taxas de juros consideradas foram (1):				(162.608)	(203.353)	(244.135)
CDI (2)				9,77%	12,21%	14,66%

de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, a análise de sensibilidade nas variações nas taxas de juros. Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros para os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2014 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Efeito em R\$ no resultado			
			Exposição em R\$ (3)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2014	507.580	(17.306)	(21.477)	(25.590)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2015	558.476	(61.134)	(76.517)	(91.939)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2016	761.662	(84.168)	(105.359)	(126.606)
As taxas de juros consideradas foram (1):				(162.608)	(203.353)	(244.135)
CDI (2)				9,77%	12,21%	14,66%

continuação

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo. No item (2) abaixo, esta detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se a taxa de 31/12/2013, divulgada pela CETIP. (3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2013 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores. Além dos índices variáveis demonstrados no quadro acima, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos. Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Finames), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no I das operações da Companhia.

25. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2013, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme a seguir: • Responsabilidade civil - R\$ 70.500; • Riscos de engenharia - conservação e manutenção - R\$ 18.500; • Riscos de engenharia - ampliação e melhoramentos - R\$ 15.048; • Riscos patrimoniais/operacionais - R\$ 130.000; • Perda de receita - R\$ 18.322; • Veículos: cobertura para danos materiais R\$ 7.500, sendo (R\$ 500 por veículo) e para danos morais R\$ 1.500 sendo (R\$ 100 por veículo). Além disso, a Companhia possui três apólices de seguro garantia no valor total de R\$ 81.326, cobrindo riscos relativos às obrigações previs-

tas no Contrato de Concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

26. Compromissos vinculados ao contrato de concessão: a) Compromisso com o Poder Concedente decorrente do direito de outorga variável: Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta, exceto para os meses de julho, agosto, setembro, novembro e dezembro de 2013, cuja alíquota foi de 1,5% conforme autorizado pelo Poder Concedente. O saldo de outorga variável a pagar em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 263 (R\$ 466 em 31 de dezembro de 2012). No decorrer do exercício foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 5.023 referente ao direito de outorga variável (R\$ 5.619 em 31 de dezembro de 2012). b) Ativo imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão: A prática contábil prevista na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) é a de não registrar o ativo transferido pelo Poder Concedente. c) Compromissos vinculados à concessão: A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 31 de dezembro de 2013 esses compromissos totalizavam R\$ 330.787 (R\$ 351.123 em 31 de dezembro de 2012) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes.

27. Demonstração do fluxo de caixa: No exercício de 2012, houve a compensação de R\$ 428.000 na rubrica "Integralização de capital" contra a rubrica "Mútuo com partes relacionadas - pagamentos" ambas contidas no fluxo de caixa nas atividades de financiamentos.

Composição do Conselho de Administração		Composição da Diretoria		Contador
Antônio Linhares da Cunha - Conselheiro Arthur Píotto Filho - Conselheiro Ítalo Roppa - Conselheiro Leonardo Couto Vianna - Conselheiro	Marcus Rodrigo de Senna - Conselheiro Paulo Yukio Fukuzaki - Conselheiro José Braz Cioff - Conselheiro Renato Alves Vale - Conselheiro	Eduardo Siqueira Moraes Camargo Diretor Presidente Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura Diretor	Hélio Aurélio da Silva CRC 1SP129452/O-3	

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.
Barueri - SP

Introdução: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja

planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. em 31

de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase: Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº 1, que menciona que se encontra em fase inicial de defesa pela Companhia a ação popular protocolada em 15 de dezembro de 2008 pleiteando a anulação do contrato de concessão de operação do trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, que trata do objeto operacional da Companhia. O processo encontra-se em fase de instrução com a apresentação de defesas e produção de eventuais provas. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que um desfecho favorável da causa à Companhia é possível. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2014.

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Roberto P. Carneiro

Contador

CRC nº 1 SP 109447/O-6

Natura Cosméticos S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 71.673.990/0001-77 - NIRE 35.300.143.183

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Administração da **NATURA COSMÉTICOS S.A.** ("Companhia"), por seu Presidente, Sr. Plínio Villares Musetti, convida os Senhores Acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas, conjuntamente, às 9:00 horas do dia 11 de abril de 2014, na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Alexandre Colares, 1188, Vila Jaguara, CEP 05106-000, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013; (2) apreciar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, bem como deliberar sobre a distribuição de dividendos e o pagamento de juros sobre capital próprio; (3) definir o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária em que se deliberar acerca das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; (4) eleger, mediante votação individualizada, os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (5) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia a ser paga até a Assembleia Geral Ordinária em que se deliberar acerca das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (1) alterar a redação do caput e do Parágrafo 1º do Artigo 21 do Estatuto Social para prever que (i) a Diretoria será composta de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 10 (dez) membros; e (ii) a eleição da Diretoria ocorrerá, preferencialmente, na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária; (2) alterar a redação dos Parágrafos 2º e 3º do Artigo 24 do Estatuto Social para modificar as competências da Diretoria; e (3) proceder à consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** - Poderão participar das Assembleias os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escrituradas da Companhia, Banco Itaú S.A., conforme o que dispõe o artigo 126 da Lei das S.A. - Os acionistas deverão apresentar-se com antecedência ao horário de início indicado no Edital de Convocação portando comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia no período de 48 horas antecedentes à realização da Assembleia, bem como os seguintes documentos: (i) **Pessoas Físicas:** documento de identificação com foto; (ii) **Pessoas Jurídicas:** cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iii) **Fundos de Investimento:** cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). - Solicita-se que os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação nas Assembleias Gerais sejam depositados na filial da Companhia localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Jurua, nº 253, 3º andar, CEP 06455-010, aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores, até o dia 8 de abril de 2014. - Permanecem à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (www.natura.net/investidor), na página da CVM (www.cvm.gov.br) e na página da BM&FBOvespa (www.bmfbovespa.com.br) toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, nos termos do artigo 133 e do parágrafo 3º do artigo 135 da Lei das S.A. e artigo 6º da Instrução CVM nº 481. - O percentual mínimo para adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 165, conforme alterada. - Os acionistas encontrarão todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias acima, bem como instruções para outorga de procuração, no Manual para Participação nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 2014, disponível na página de Relações com Investidores da Companhia (www.natura.net/investidor), na página da CVM (www.cvm.gov.br) e na página da BM&FBOvespa (www.bmfbovespa.com.br).

São Paulo, 11 de março de 2014.

Plínio Villares Musetti

Presidente do Conselho de Administração

IOCHPE-MAXION S.A.

IOCHPE-MAXION

CNPJ/MF nº 61.156.113/0001-75 - NIRE 35.300.014.022 - Cia. Aberta

Edital de Convocação

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas no dia 11 de abril de 2014, às 14h00, na sede da Companhia, localizada no Município de Cruzeiro, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Othon Barcellos, nº 83, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: **I. Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, bem como ratificar a distribuição de dividendos; e 3. Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2014. **II. Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Modificar o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2009, no que se refere ao período de obrigatoriedade de retenção das ações próprias pelos beneficiários do plano e à possibilidade de outorga de opções de compra de ações sem a obrigatoriedade de aquisição de ações próprias; e 2. Reformar o estatuto social da Companhia com o fim de (i) aumentar o limite do capital autorizado em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com a consequente alteração do *caput* do artigo 6º do estatuto; e (ii) criar o cargo de Presidente Emerito do Conselho de Administração, posição de caráter honorífico a ser ocupada exclusivamente pelo Sr. Ivoncy Brochmann Ioschpe, mediante a inclusão no estatuto do artigo 36-A em um capítulo próprio (novo Capítulo VI), com a consequente renumeração dos capítulos seguintes; esclarecendo-se que o subitem (ii) acima foi proposto pelos demais membros do Conselho de Administração que não o signatário deste edital de convocação, em relação ao qual o mesmo absteve-se de votar. **Instruções Gerais:** O presente edital de convocação, bem como os documentos e informações pertinentes aos assuntos incluídos nas ordens do dia antes mencionadas, em especial os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e os demais previstos nas Instruções da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 480/09 e nº 481/09, foram enviados à CVM, por meio do Sistema de Informações Periódicas e Eventuais (Sistema IPE), e encontram-se disponíveis na sede da Companhia, bem como nas páginas na Internet da Companhia (www.iochpe.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br). Nos termos do artigo 15, parágrafo terceiro, do estatuto social da Companhia, só poderão participar das assembleias os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome até a data das mesmas. Para serem admitidos às assembleias, os acionistas ou seus representantes legais devem apresentar os seguintes documentos: (i) documento oficial de identidade; (ii) no caso de acionista pessoa jurídica, documentos que comprovem os poderes do representante legal; (iii) se representado por procurador, instrumento de mandato com firma reconhecida do outorgante; e (iv) comprovante de titularidade das ações expedido pela instituição depositária das ações escrituradas de emissão da Companhia ou pela instituição responsável pela custódia, conforme o caso, contendo a respectiva participação acionária. Na hipótese de representação por procurador, este deverá ter sido constituído há menos de 01 (um) ano e ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 15, parágrafo quinto, do estatuto social da Companhia. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer às assembleias munido dos documentos mencionados neste edital ou poderá, a seu critério, entregá-los, até o dia 10 de abril de 2014 (inclusive), na filial da Companhia localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luigi Galvani, nº 146, 13º andar, Brooklin Novo, CEP 04575-020, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores da Companhia. Na hipótese de não instalação da assembleia geral extraordinária objeto desta convocação em primeira convocação, informa-se aos acionistas que tal assembleia geral extraordinária será realizada em segunda convocação às 14h00 do dia 25 de abril de 2014, na sede da Companhia, sem prejuízo da publicação de novo edital na forma e prazo previstos na legislação vigente.

Cruzeiro, 10 de março de 2014.

Ivoncy Brochmann Ioschpe

Presidente do Conselho de Administração

visite nosso site: www.iochpe-maxion.com.br

Gessate Participações S.A.

NIRE 35.300.367.936 - CNPJ/MF 10.826.567/0001-75

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária em 31.12.2013

Data, Hora e Local: 31.12.2013, 10hs., na sede da Cia., R. Antonio de Macedo Soares, 1.112, apto 62, SP/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade dos acionistas. **Mesa:** Presidente: Luiz Gustavo Kass Mwosa; Secretário: Luiz Fernando Kass Mwosa. **Deliberações Aprovadas:** (i) Alteração do endereço da sede social para São Paulo/SP, R. Dr. Guilherme Bannitz, 126, 8º and., cj. 81, CV 9175, b. Itaim Bibi, CEP 04532-060, alterando o Art. 2º do Estatuto: "Art. 2º A Cia. tem sede e foro em SP/SP, R. Dr. Guilherme Bannitz, 126, 8º and., cj. 81, CV 9175, b. Itaim Bibi, CEP 04532-060, podendo, a critério da Assembleia Geral e respeitadas as prescrições legais, abrir, instalar ou encerrar filiais, e depósitos, com o objetivo de desenvolver suas atividades na forma e limites aqui definidos." (ii) Inclusive das atividades de compra, venda e locação de bens imóveis próprios ao objeto social, alterando o Art. 3º do Estatuto: "Art. 3º A Cia. tem por objeto social: (i) a compra, venda e locação de bens imóveis próprios; e (ii) a realização de investimentos em empreendimentos e/ou a participação no capital de outras sociedades, sediadas no Brasil ou no exterior na condição de sócia, acionista e/ou quotista, com recursos próprios ou incentivados." (iii) Alteração da denominação social da Cia. para **Gessate Administração e Participações S.A.** (iv) Aumento do capital social da Cia. em **R\$ 516.848,00**, mediante emissão de **516.848** novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, as quais foram totalmente subscritas conforme Boletins de Subscrição, passando de R\$ 10,00 para **R\$ 516.858,00**, dividido em **516.848** ações ON, sem valor nominal. (v) Nomeação da sociedade perita avaliadora, bem como o valor constante do Laudo de Avaliação apresentado. (vi) As novas ações emitidas serão subscritas pelos acionistas de forma desproporcional à participação societária detida e por terceiros, de forma que os atuais acionistas **Luiz Gustavo Kass Mwosa** (CPF/MF 263.302.608-77) e **Maenza Participações S.A.** (CNPJ/MF 10.875.464/0001-03, NIRE 35.300.368.738) renunciaram expressamente ao direito de preferência na participação no aumento de capital social. (vii) Integralização feita da seguinte forma: (a) 40.000 serão integralizadas em moeda nacional corrente, até 31/12/2015; e (b) 476.848 novas ações serão integralizadas nesta data, mediante a conferência ao capital social da Cia. dos bens imóveis descritos e identificados, pelo valor de aquisição de R\$ 476.846,02, e do valor de R\$ 1,98 em moeda nacional corrente, conforme o Laudo de Avaliação. (viii) Alteração da redação do Art. 5º do Estatuto: "Art. 5º O capital social totalmente subscrito é de R\$ 516.858,00, dividido em 516.858 Ações ON, sem valor nominal." (ix) Alteração do Art. 15 do Estatuto: "Art. 15 Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei e o Estatuto lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Cia. - § Único Os documentos que importarem responsabilidade comercial, bancária, financeira ou patrimonial para a Cia. e quaisquer outros atos que criarem responsabilidade para a Cia., ou dispensarem obrigações de terceiros para com ela, inclusive, mas não se limitando ao endividamento da Cia., a movimentação de contas bancárias, a emissão ou endosso de cheques, TED (Transferência Eletrônica Disponível) e/ou DOC (Documentos de Ordem de Crédito), somente serão válidos: (a) Se contarem com a assinatura conjunta do Diretor Presidente e do Diretor Vice-Presidente da Cia.; ou (b) Se contarem com a assinatura isolada de um procurador legalmente constituído pela Cia., observado o disposto no Art. 16 deste Estatuto." (x) Alteração do art. 17 do Estatuto: "Art. 17 A Cia. poderá ser representada isoladamente por quaisquer dos Diretores, nos casos de recebimento de citações, intimações ou notificações judiciais e extrajudiciais, prestação de depoimento pessoal, recebimento e envio de correspondências, e nos demais assuntos do cotidiano da Cia., como assinatura de demonstrações financeiras, livros fiscais, contábeis e societários - sejam eles físicos ou eletrônicos -, representação ativa e passiva da Cia. perante repartições públicas, órgãos e entidades governamentais, tais como, mas não se limitando, Receita Federal do Brasil, Juntas Comerciais, Secretarias da Fazenda Estaduais, Prefeituras Municipais, Instituto Nacional do Seguro Social, Procuradoria da Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, Caixa Econômica Federal." (xi) Nova redação do Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais, lavrou-se a ata. SP, 31.12.2013. Acionistas presentes: Luiz Gustavo Kass Mwosa; Maenza Participações S.A. Luiz Gustavo Kass Mwosa - Presidente; Luiz Fernando Kass Mwosa - Secretário. JUCESP 50.257/14-6 em 03.02.2014. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

BSF HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 05.676.559/0001-50 - NIRE nº 35300196040

EXTRATO DA ATA DE AGE DE 17/01/2014.

Data, Horário e Local: 17/01/2014, às 11h., na sede social. **Presença:** acionistas representando a totalidade do capital social da Cia.. **Mesa:** Paula Magalhães Cardoso Florez Chaves, Presidente; Rodrigo Tremante, Secretário. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** (i) o pedido de renúncia apresentado em 19/11/2013 pelo Sr. Ricardo da Cruz Barreto, RG sob o nº 11.406.338 SSP-SP e CPF/MF sob o nº 134.827.478-65, do cargo de Diretor sem designação específica; (ii) a eleição do Sr. Ricardo Kaoru Inada, RG nº 20.082.209-3 e CPF/MF nº 136.650.078-44, para o cargo de Diretor sem designação específica, com prazo de mandato até a posse dos membros da Diretoria eleitos na AGO da Cia. a ser realizada no exercício fiscal de 2014. São Paulo (SP), 17 de janeiro de 2014. **Paula Magalhães Cardoso Florez Chaves** - Presidente; **Rodrigo Tremante** - Secretário. JUCESP nº 81.320/14-0 em 24/02/2014. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral

PIZARRO HOSPITAL DO OLHO LTDA. - EPP, torna público que requereu na CETESB a renovação da Licença de Operação para atividade de hospital, à Rua Belém, 723, Centro, Catanduva/SP.

Rede Moriah Saúde Ltda torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação Nº 45006035, válida até 07/03/2018, para Hospital; público ou particular à Alameda dos Guaramomis, 1177, Planalto Paulista, São Paulo.